

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA  
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA,**

**ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES,**

***PARECER JURÍDICO***

**Objeto:** Parecer Jurídico do Projeto de Lei nº. 02/2025

**Autoria:** Poder Legislativo Municipal

**Ementa:** "Acresce dispositivo a Lei Municipal nº 4.192, de 09-12-2015 que instituiu o Código de Posturas do Município de Farroupilha".

**A Procuradoria da Câmara de Vereadores**, no uso de suas atribuições, vem, respeitosamente, à presença dos ilustríssimos Srs. Vereadores, apresentar o presente

***PARECER***

do **Projeto de Lei nº. 02/2025** de autoria do Poder Legislativo Municipal, pelos fundamentos a seguir expostos:

**I - RELATÓRIO**

Na data de 12 de fevereiro de 2025, o Poder Legislativo Municipal, na pessoa dos vereadores signatários, apresentou à Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº. 02/2015, que prevê alterações na Lei Municipal nº 4.192/2015, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Farroupilha.

Justifica o proponente que

(...) A proposta de alteração foca no aprimoramento do capítulo que trata do "sossego

**"MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL"**

Fone: (54) 3261.1136 - site: [www.camarafarroupilha.rs.gov.br](http://www.camarafarroupilha.rs.gov.br)

e-mail: [camara@camarafarroupilha.rs.gov.br](mailto:camara@camarafarroupilha.rs.gov.br)

Rua Júlio de Castilhos, 420 - Centro - Farroupilha - RS - Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA  
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

público”, mais especificamente no artigo 72, ao incluir os **sons emitidos pelos escapamentos de veículos automotores e os sons automotivos**, como fator de perturbação.

A alteração busca oferecer maior clareza e segurança legal aos agentes de segurança pública, utilizando critérios técnicos estipulados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; permitindo-lhes agir com mais certeza e fundamentação legal nas abordagens relacionadas a esses tipos de ruídos. (...)

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 Da matéria em apreço

A Constituição Federal de 1988 preceitua em seu artigo 30, inc. I, que compete aos Municípios legislar sobre os assuntos de interesse local, nesse contexto inseridas as leis de âmbito municipal, como o Código de Posturas do Município de Farroupilha, que está alicerçado no poder de polícia municipal. Nas palavras de Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>,

A razão do poder de polícia é a necessidade de proteção do interesse social e o seu fundamento está na supremacia geral que a Administração Pública exerce sobre todas as pessoas, bens e atividades, supremacia que se revela nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que a cada passo opõem condicionamento e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade, incumbindo ao Poder Público o seu policiamento administrativo.

Há que se referir que a Constituição Estadual expressamente dispôs em seu texto normativo que dentre as competências outorgadas aos Municípios está a de exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local. Nesse sentido:

<sup>1</sup> Meirelles. HELY LOPES. **DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO**. 6ª ed. atual. por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro. São Paulo: Malheiros Editores. 1993. p. 342/343.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA  
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

É competência do Município, além da prevista na Constituição Federal e ressalvada a do Estado:

I – exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local, tais como proteção à saúde, aí incluídas a vigilância e a fiscalização sanitárias, e proteção ao meio-ambiente, ao sossego, à higiene e à funcionalidade, bem como dispor sobre as penalidades por infração às leis e regulamentos locais. **(grifo nosso)**

Assim, considerando os ditames estabelecidos pela Constituição Federal e o texto exposto na Constituição do estado do Rio Grande do Sul, tem-se que **o tema sob análise está inserido dentre os assuntos de interesse local que podem ser disciplinados por norma municipal.**

Ademais, preceitua a Lei Orgânica Municipal que

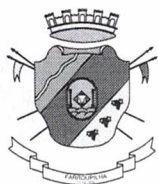
**Art. 30.** A iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 31/2006).

Importante salientar que a delimitação dos temas que podem ser tratados por iniciativa do Poder Legislativo passa pelo crivo constitucional, em caráter de aplicação simétrica ao disposto para o âmbito federal no artigo 61, § 1º da Constituição Federal. A partir dessa análise constitucional, o Supremo Tribunal Federal já delimitou que, em respeito ao princípio da simetria, **não** podem ser objeto de iniciativa do Poder Legislativo projetos de lei que disciplinem sobre:

- criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, bem como que disponha sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores públicos (ADI 2.192)<sup>2</sup>;
- matérias atinentes à organização administrativa (ADI 1.182)<sup>3</sup>;

<sup>2</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.192/ES.** Rel. Min. Marco Aurélio. Pesquisa de Jurisprudência. Julgado em 24-11-2005. Acórdão disponível na íntegra em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=534973>. Acesso em 27 nov. 23.

<sup>3</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 1.182/DF.** Rel. Min. Eros Grau. Pesquisa de Jurisprudência. Julgado em 24-11-2005. Acórdão disponível na íntegra em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266686>. Acesso em 09 jul. 2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA  
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

- criação e estruturação de órgãos da administração pública (ADI 2.294)<sup>4</sup>.

Diante disso, tem-se que o Projeto de Lei em apreço não padece de vício de iniciativa, podendo o processo legislativo ser deflagrado por projeto de iniciativa parlamentar.

No que tange ao **mérito**, o presente projeto de lei objetiva a inclusão do inciso IV ao artigo 72 da Lei Municipal nº 4.192/15 (Código de Posturas), a fim de que sejam considerados como prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público quaisquer ruídos que *"produzidos, por escapamento de veículos automotivo ou outra forma que produza ruído excessivo, de níveis superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT"*. Considerando que o tema explicita uma matéria de interesse local, e que não desborda da competência legislativa, tem-se que no que concerne ao mérito o projeto de lei pode ser objeto de deliberação.

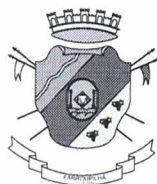
## 2.2 Da audiência pública

Considerando o que dispõe o artigo 43, inc. II do Estatuto das Cidades, bem como o artigo 61, § 8º, inc. III, 'g' do Regimento Interno da Casa Legislativa, a matéria deve ser discutida em sede de audiência pública, a ser organizada pela Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social.

Assim, considerando a inexistência de vício de iniciativa e que foram observados os princípios e preceitos constitucionais e legais pertinentes ao assunto, nada mais resta além de **OPINAR** que, do ponto de vista formal objetivo, o presente Projeto de Lei, após a realização de audiência pública, atenderá aos requisitos mínimos de validade, podendo ser encaminhado ao Plenário para que os nobres vereadores possam exercer o juízo político-administrativo de adequação e conveniência do projeto de lei em apreço.

---

<sup>4</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.294/RS**. Rel. Min. Ricardo Lewandovski. Pesquisa de Jurisprudência. Julgado em 27 ago 2014. Acórdão disponível na íntegra em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6704549>. Acesso em 27 nov. 2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA  
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

### III - CONCLUSÃO

**ISSO POSTO, feitas as devidas observações, opina-se pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº. 02/2025** de iniciativa do Poder Legislativo Municipal.

É o parecer, *sub censura*.

À Colenda Câmara de Vereadores para apreciação do presente.

Farroupilha/RS, 25 de fevereiro de 2025.

**VIVIANE VARELA**  
**OAB/RS 80.218**  
**Procuradora da Câmara Municipal de**  
**Vereadores de Farroupilha/RS**

